

TRAJETÓRIAS DE MOBILIDADE RESIDENCIAL NA PERIFERIA METROPOLITANA DA RM DE VITÓRIA: ESTRATÉGIAS E CONJUNTURAS¹

*RESIDENTIAL MOBILITY
TRAJECTORIES IN THE
METROPOLITAN PERIPHERY OF
METROPOLITAN REGION OF
VITÓRIA: STRATEGIES AND
SITUATIONS*

*TRAYECTORIAS DE LA
MOVILIDAD RESIDENCIAL EN LA
PERIFERIA METROPOLITANA DE
LA RM DE VITÓRIA:
ESTRATEGIAS Y SITUACIONES*

Ednelson Mariano Dota

Professor do Departamento e do Programa de
Pós-graduação em Geografia da Universidade
Federal do Espírito Santo (UFES).
ednelson.dota@ufes.br

¹ Este artigo é resultado parcial da pesquisa
“Dinâmica demográfica familiar e padrão
migratório no Brasil: transformações desde os
anos 1990”, financiada pela CAPES-SNF.

Resumo:

O presente artigo analisa a trajetória de mobilidade residencial da população residente em bairros socialmente periféricos da Região Metropolitana da Grande Vitória, Espírito, Brasil. Para realizar a análise, são usados dados primários da mobilidade residencial das famílias avaliando a origem, o destino, o momento da vida em que o movimento ocorre, além dos fatores apontados como motivadores o movimento. Os dados foram coletados em 2022, por amostragem sistemática de setores censitários sorteados. Os resultados confirmam a importância dos fatores habitacionais como motivação principal para os deslocamentos, com destaque à aquisição da casa própria, reforçando o papel da mobilidade residencial como movimento estratégico de segurança econômica das famílias. Também apontam para diferenças segundo lugar de moradia, revelando como a mobilidade se diferencia entre lugares e grupos populacionais. Reforça também a necessidade de um olhar atento para os movimentos intramunicipais, que responderam por mais da metade dos deslocamentos da população analisada e desempenha, portanto, papel relevante nas modificações do espaço urbano metropolitano periférico.

Palavras-chave: Mobilidade residencial, Migração intrametropolitana, Desigualdades, Geografia da população.

Terra Livre	São Paulo	ISSN: 2674-8355	Jul-Dez./2022	37, v. 2, n.59	ISSN: 2674-8355
-------------	-----------	-----------------	---------------	----------------	-----------------

Abstract:

This paper analyzes the trajectory of residential mobility of the population living in socially peripheral neighborhoods of Metropolitan Region of Grande Vitória, Espírito Santo, Brazil. To carry out the analysis, primary data on the residential mobility of the families are used, evaluating the origin, destination, the moment in life in which the movement occurs and to the factors identified as motivating the movement. Data were collected in 2022 by systematic sampling of census sectors sorted. The results confirm the importance of housing factors as the main motivation for displacements, with emphasis on the acquisition of a home, reinforcing the role of residential mobility as a strategic move towards economic security for families. They also point to differences according to place of residence, revealing how mobility differs between places and population groups. It also reinforces the need for a careful look at intra-municipal movements, which accounted for more than half of the displacements of the analyzed population and therefore plays an important role in the modifications of the peripheral metropolitan urban space.

Keywords: Residential mobility, Intrametropolitan migration, Inequalities, Population geography

Résumé / Resumen:

Este artículo analiza la trayectoria de movilidad residencial de la población residente en barrios socialmente periféricos de la Región Metropolitana de la Grande Vitória, Espírito Santo, Brasil. Para realizar el análisis se utilizan datos primarios sobre la movilidad residencial de las familias, evaluando el origen, el destino, el momento de la vida en que se produce el movimiento, así como los factores identificados como motivadores del movimiento. Los datos se recopilieron en 2022 mediante un muestreo sistemático de distritos censales. Los resultados confirman la importancia de los factores habitacionales como principal motivador de los desplazamientos, con énfasis en la adquisición de una vivienda, reforzando el papel de la movilidad residencial como paso estratégico hacia la seguridad económica de las familias. También señalan diferencias según el lugar de residencia, revelando cómo la movilidad difiere entre lugares y grupos de población. También refuerza la necesidad de una mirada atenta a los movimientos intramunicipales, que supusieron más de la mitad de los desplazamientos de la población analizada y, por tanto, juegan un

papel importante en las modificaciones del espacio urbano periférico metropolitano.

Mots-clés / Palabras-clave: Movilidad residencial, Migración intrametropolitana, Desigualdades, Geografía de la población

Introdução

A mobilidade residencial aparece como importante fenômeno no processo de redistribuição espacial da população nas grandes aglomerações urbanas, fortemente relacionada com a dinâmica de expansão urbana, com as segregações socioespaciais que se conformam ao longo do tempo, e com a própria geografia da população metropolitana.

A dinâmica de redistribuição espacial da população nas grandes aglomerações urbanas mostra-se como fenômeno central para analisar e compreender outros processos e fenômenos, como as desigualdades intraurbanas e as modificações na dinâmica demográfica do espaço intraurbano ao longo do tempo.

O acompanhamento dessa dinâmica, entretanto, encontra limitações nos dados secundários, inclusive nas principais fontes de informação em nível nacional. No caso brasileiro, a única fonte com informações para essa análise é o Censo Demográfico, que permite mensurar as trocas entre municípios, conhecida como migração intrametropolitana, a partir dos quesitos “data-fixa” e “última etapa”, considerando as informações disponíveis no Censo Demográfico de 2010. Não obstante a reconhecida qualidade dos dados e a abrangência da pesquisa, a ausência de informações sobre a migração intramunicipal representa uma importante limitação,

sobretudo para municípios com mercado habitacional aquecido e com território e área de ocupação extensa.

Essas limitações permitem-nos questionar: qual a importância da migração intramunicipal frente ao conjunto de movimentos migratórios intrametropolitanos? Até que ponto há pertinência em tratarmos como sinônimo a mobilidade residencial e a migração intrametropolitana, considerando o papel decisivo desses fenômenos para o processo de produção do espaço e das áreas de habitação?

O objetivo deste artigo é o de refletir sobre a mobilidade residencial no contexto das grandes aglomerações urbanas, analisando a importância da migração intramunicipal na trajetória domiciliar das famílias na periferia metropolitana. Nossa hipótese é a de que os dados do censo, ao se restringir a levantar as trocas entre diferentes municípios, limitam o acompanhamento de uma parcela da mobilidade residencial, presente na base da produção da cidade, sobretudo para a população residente nas periferias urbanas pobres e nas áreas recentes de expansão metropolitana.

Como forma de atingir os resultados, a trajetória de mobilidade residencial das famílias residentes em bairros socialmente periféricos da Região Metropolitana da Grande Vitória será analisada, e utilizada para compreender os movimentos dentro ou entre diferentes municípios, suscitando o debate sobre as abordagens, seus limites e potenciais. Para tal foram utilizados dados primários de pesquisa, captados por amostragem domiciliar sistemática em 2022 de setores censitários, previamente selecionados a partir dos microdados do Censo Demográfico de

2010, assim como imagens de satélite, que permitiram identificar áreas de expansão urbana em nível regional.

Os resultados reforçam que a mobilidade residencial e a migração intrametropolitana são fenômenos distintos, e que a abordagem de ambos como se fossem sinônimos limita o potencial analítico e explicativo dos dois conceitos, restringindo os resultados encontrados na sua relação com a produção do espaço urbano.

Migração intrametropolitana e mobilidade residencial: sinônimos?

No Brasil e na América Latina, migração intrametropolitana e mobilidade residencial muitas vezes são tratadas como fenômenos tão próximos, que possibilitam usar os termos como sinônimos (Cf. CUNHA, 1994, 2018; 2022; JARDIM, 2005; SOBRINO, 2010 dentre outros), assim como mobilidade residencial intrametropolitana (DUHAU, 2003; DOTA, 2015). Importante ressaltar que não é pelo fato de não se compreender as diferenças existentes entre as definições e os limites dessa opção, mas principalmente pela falta de dados específicos, sobretudo secundários, que permitam objetivamente separar esses dois fenômenos.

Os dados amplamente empregados nesses estudos são os do Censo Demográfico, que só consideram migrantes pessoas que trocam de residência entre municípios distintos. Essa definição, fundamentalmente operacional, atende às orientações da ONU para os recenseamentos e vem sendo aplicadas no censo brasileiro e de vários outros países. Não obstante avanços e modificações ao longo

do tempo em termos de quesitos captados pela pesquisa nacional (RIGOTTI, 1999; 2011).

Cabe destacar que, para o país como um todo essa definição é coerente e permitiu análises robustas da dinâmica migratória associadas às grandes transformações estruturais vivenciadas durante o processos de industrialização, urbanização (SINGER, 1976; PACHECO; PATARRA, 1998) e mais recentemente a reestruturação produtiva, a abertura da economia (CUNHA; BAENINGER, 2007; BAENINGER, 2012) e as políticas econômicas e sociais implementadas pelos diferentes governos (LIMA; BRAGA, 2013; LIMA; SIMÕES, HERMETO, 2016; DOTA; QUEIROZ, 2019).

Para as grandes aglomerações urbanas em contexto de conurbação, forte integração e interdependência, os limites municipais passam a ser mais político-administrativos que representarem de fato uma “fronteira” à vida cotidiana e às formas de habitar e consumir a cidade. É nesse contexto, de “uma só cidade” composta por múltiplos municípios (MATOS, 2005), que a captação da migração a partir da troca de município de residência passa a apresentar limites, tanto pelos múltiplos movimentos intramunicipais não considerados, como pelos fronteiriços entre os municípios que ganham um caráter diferenciado em relação a outros idênticos, que por quadras, ruas ou metros, não foram considerados por não terem cruzado um limite político-administrativo.

Diante disso, esse “consenso” em se considerar como sinônimos migração intrametropolitana e mobilidade residencial está relacionado, de um lado, aos limites dos dados disponíveis e, de outro, do entendimento de que é possível considerá-los assim, já que

grande parte da migração intrametropolitana seria classificada como mobilidade residencial, caso os dados permitissem essa diferenciação.

Não obstante estar de acordo com esse entendimento, é primordial aprofundar a investigação das diferenciações por três aspectos fundamentais: (1) nem toda a migração intrametropolitana tem as mesmas características da mobilidade residencial, o que limita o alcance e a profundidade das análises; (2) a não captação dos movimentos intramunicipais reduzem drasticamente os volumes dos intrametropolitanos, cerceando a possibilidade de se analisar o real peso da redistribuição espacial da população na dinâmica urbana e de seus resultados nas grandes aglomerações e (3) dos riscos de seletividade nas “fronteiras” municipais, considerando as intensas desigualdades, de se estar captando mais alguns grupos populacionais em detrimento de outros, nas diferentes porções das regiões metropolitanas.

Diferenciando a migração intrametropolitana, a mobilidade residencial e a migração intramunicipal

A diferenciação dos fluxos segundo as modalidades migratórias tem sido uma estratégia interessante para compreender os condicionantes e as relações existentes entre estes e os processos de transformação da sociedade em cada momento histórico.

Por migração intrametropolitana entendemos o conjunto de movimentos migratórios que ocorrem dentro do recorte territorial metropolitano, inclusive a mobilidade residencial, que é fenômeno

distinto deste e da própria migração intramunicipal. Destaca-se, portanto, que a migração intramunicipal e a intrametropolitana se referem a movimentos ligados diretamente a recortes político-administrativos formais, como os municípios que compõem uma região metropolitana.

Por outro lado, a mobilidade residencial não se restringe ou está limitada especificamente aos recortes formais, dependendo mais da territorialidade¹ dos indivíduos na cidade, ou seja, da circulação para a realização da vida cotidiana.

Na definição de Módenes (2008), a mobilidade residencial se diferencia de outras modalidades migratórias justamente pelo destino se restringir a uma área próxima da de origem, em geral também de frequência costumeira. Ou seja, movimento de curta distância motivado majoritariamente pela dimensão habitacional.

Essa definição evidencia a diferença da migração intrametropolitana. Nesta, parcela dos movimentos não representam unicamente a mudança do domicílio, mas também impactam decisivamente as formas e a dinâmica cotidiana de vida do migrante. No conjunto de movimentos dentro da migração intrametropolitana há aqueles que podem ser classificados como mobilidade residencial, de um lado, e uma parte que guarda mais proximidade com movimentos migratórios de média distância do que propriamente com a primeira, justamente por gerar rupturas com a vida cotidiana.

¹ Conforme Hasbaert (2010), territorialidade é o conjunto de ações de controle do território através de práticas políticas, econômicas e culturais exercidas por grupos ou indivíduos. Está ligado, portanto, a como as pessoas se organizam no espaço e dão significado ao lugar.

Na Figura 1, correndo o risco de simplificar demasiadamente um rico e complexo debate, apresentamos o que se capta através da definição de migração no Censo Demográfico e o que deixamos de observar². Nesta vemos que todos os movimentos intramunicipais são “ignorados” pela definição de migração como movimento entre diferentes municípios.

Na figura, diferencia-se:

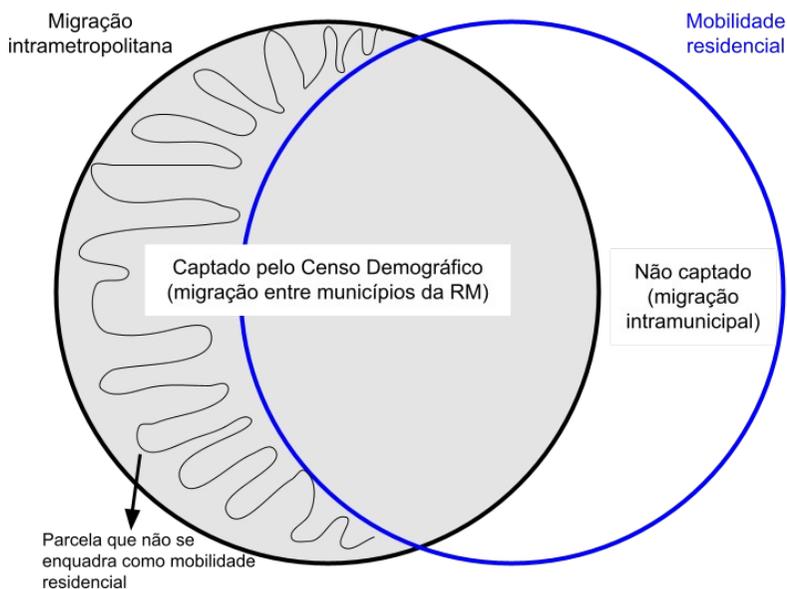
- a mobilidade residencial, que inclui os movimentos intramunicipais e parte dos intrametropolitanos, sobretudo os de curta distância;

- a migração intrametropolitana, que inclui movimentos de média distância entre municípios da região metropolitana até aqueles de curta distância, mas ignora, pela definição, os movimentos intramunicipais.

Diante disso, uma das possibilidades vislumbradas é a de utilizar dados primários de maneira complementar ao Censo Demográfico, de modo que se possa inferir a intensidade dos movimentos intramunicipais frente ao conjunto de movimentos intrametropolitanos, permitindo, portanto, uma aproximação mais acurada à mobilidade residencial.

Figura 1. População captada e não captada nos dados do Censo Demográfico considerando definição clássica de migração.

² As proporções nos círculos não fazem menção à realidade em termos de volume dos movimentos, pois não temos condições de fazer essa mensuração pela ausência de dados, e que podem variar conforme a característica dos recortes analisados.



Elaborado pelo autor.

A importância dessa estratégia, considerando os limites - principalmente orçamentários - para coleta de dados primários é verificar em que medida determinado grupo populacional tem sua mobilidade residencial devidamente captada. Como bem pontua Haesbaert (2010), a partir dos conceitos de territorialização e desterritorialização, as mobilidades e permanências *per se* não representam boa ou má situação: no mundo fluído contemporâneo, há desterritorializados na imobilidade, ao mesmo tempo em que os grupos privilegiados se encontram territorializados no movimento.

O contexto absoluto e relativo, em termos sociais, territoriais, estruturais e de agência compõem uma gama de elementos a se considerar para compreender corretamente a situação de cada grupo populacional.

Materiais e métodos

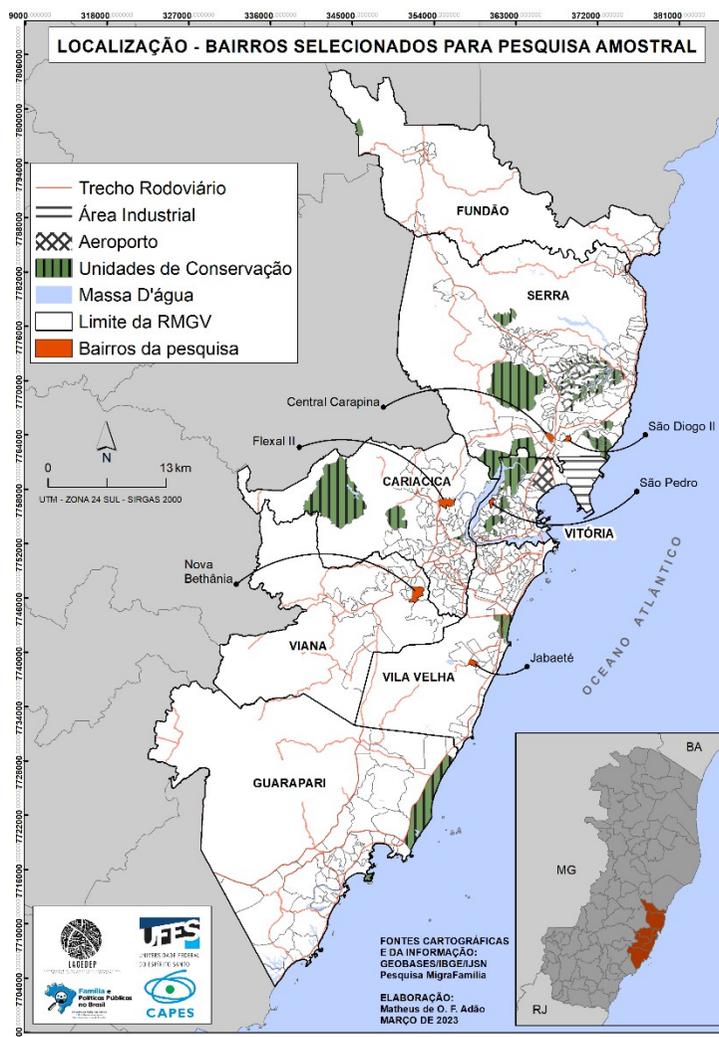
Para atingir os objetivos utilizamos dados primários produzidos no âmbito da pesquisa “Dinâmica demográfica familiar e padrão migratório no Brasil: transformações desde os anos 1990” (CAPES-SNF). O questionário dessa pesquisa contempla a caracterização familiar, com informações sobre a ocupação, a renda, o arranjo domiciliar e o local de trabalho. Há informações também sobre o compartilhamento de despesas domésticas para os casos em que há mais de um domicílio no mesmo terreno.

Sobre a trajetória domiciliar, a observa a partir de duas perspectivas: na primeira, pergunta sobre a aspiração por migração futura e busca captar os motivos para a existência da aspiração ou para a sua não-existência, considerando o contexto de vida das famílias. Na segunda, reconstitui a trajetória migratória da família, captando os motivos dos deslocamentos, as origens e os destinos de cada etapa migratória, desde a formação da atual família do responsável pelo domicílio ou sua entrada na região metropolitana. Por fim, coletou-se também informações sociodemográficas do responsável, como escolaridade, tempo de união e forma de ocupação do domicílio.

A pesquisa de campo foi realizada em de setores censitários de seis bairros socialmente periféricos da Região Metropolitana da Grande Vitória (Figura 2), selecionados a partir da análise espacial dos microdados do Censo Demográfico de 2010 considerando: (1) a intensidade de migrantes intrametropolitanos segundo a área de ponderação e (2) o rendimento domiciliar médio segundo o setor

cenitário, priorizando aqueles de menor rendimento. Ademais, incluiu-se a proximidade com áreas de expansão urbana em nível regional, esta última analisada a partir de imagens de satélite entre os anos 2010 e 2020.

Figura 2. Municípios que compõem a RM da Grande Vitória e bairros com setores censitários sorteados para amostragem.



Esses critérios permitiram uma aproximação com as áreas de concentração dos migrantes intrametropolitanos de baixa renda, ao mesmo tempo em que possibilitou identificar as áreas de expansão urbana que, por essência, concentra fluxos de mobilidade residencial.

O plano amostral foi realizado em duas fases: após a identificação dos setores censitários e sorteio dos mesmos com as características específicas citadas (conglomerados), procedeu-se com o sorteio dos domicílios localizados nesses setores, por meio de uma amostragem sistemática. Em cada um deles, o domicílio foi a unidade de amostragem para a coleta de dados e o entrevistado foi o responsável por ele ou uma pessoa adulta com conhecimento da dinâmica familiar. A coleta abrangeu 300 domicílios, cujos dados serão analisados na sequência.

Mobilidade residencial na periferia metropolitana

A análise da trajetória de mobilidade residencial, considerando origem, destino, momento do movimento e as motivações, é uma das formas para se analisar a importância da mesma para as famílias. É um meio de se compreender, portanto, como se desenvolveram as estratégias de localização residencial diante do contexto vivido ao longo do tempo.

Estudos anteriores (SINGER, 1976; CUNHA, 1994, 2018; 2022; DUHAU, 2003; JARDIM, 2005; SILVA; RODRIGUES, 2010; DOTA, APARÍCIO, 2021; BECCENERI; BRUSSE; APARICIO, 2021) reforçam que não há aleatoriedade na localização espacial das famílias no espaço metropolitano, mas sim um conjunto de

elementos, estruturais e conjunturais, que conformam as possibilidades dessa localização.

Singer (1976) já apontava, para os fluxos campo-cidade, que eram as classes sociais que se moviam pelas mudanças estruturais em curso, e que o lugar desse migrante na estrutura social já estava direcionado pelo relacionamento social, a partir da sua situação de classe.

Na trocas intrametropolitanas, as origens e destinos dos movimentos segundo a condição socioeconômica dos indivíduos e famílias se diferenciam de maneira relevante.

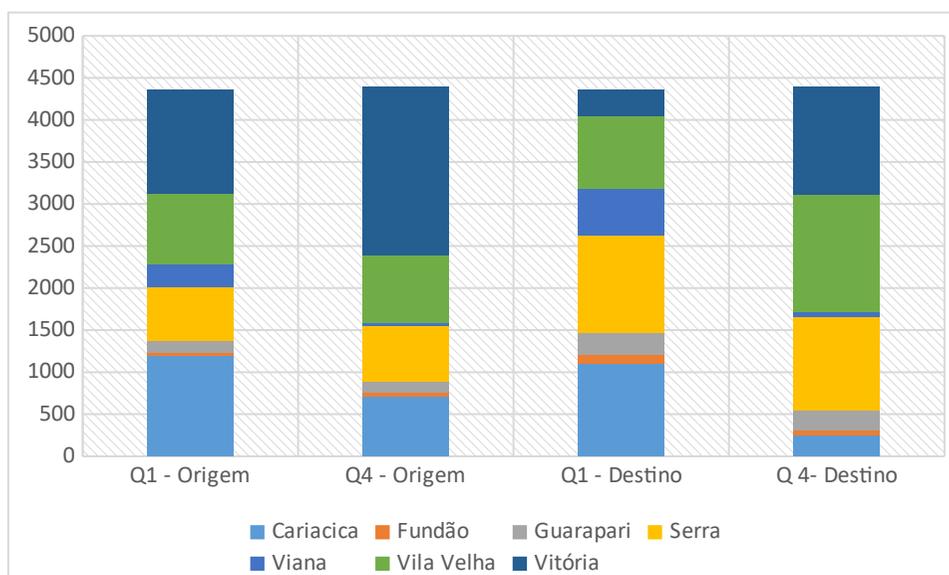
Cunha (1994) mostrou essa relação para a RM de São Paulo quanto às áreas de expansão urbana da década de 1970. Silva e Rodrigues (2010), em uma análise comparativa das principais regiões metropolitanas brasileiras, destacou semelhanças nos processos em construção quanto às relações entre o núcleo metropolitano e os municípios do entorno.

Já Dota (2015) mostrou como os eixos de expansão urbana da população pobre se diferenciava substancialmente do direcionamento da parcela mais abastada na década de 2000 na RM de Campinas. As similitudes gerais nas trocas evidenciadas por Silva e Rodrigues (2010), portanto, se diferenciam internamente a partir das características territoriais, econômicas e sociais próprias de cada uma das aglomerações urbanas (CUNHA, 2018).

Dota e Aparício (2021) mostraram, para a RM da Grande Vitória, nosso recorte espacial de análise, que as trocas entre os municípios também se diferenciavam de maneira relevante. Conforme o Gráfico 1, que apresenta os municípios de origem e destino dos migrantes intrametropolitanos no primeiro (Q1) e

quarto (Q4) quartil da renda regional, é possível verificar a heterogeneidade na distribuição dessas migrantes.

Gráfico 1. Origem e destino dos migrantes intrametropolitanos segundo município, do primeiro (Q1) e quarto (Q4) quartil da renda domiciliar regional. Municípios da RMGV, 2010.



Fonte: Censo Demográfico de 2010. Adaptado de Dota e Aparício (2021).

Enquanto Cariacica aparece como principal município de origem dos migrantes intrametropolitanos mais pobres (Q1), perde espaço enquanto origem dos mais abastados (Q4), que tem Vitória com quase 50% do volume. Quanto ao destino, os migrantes mais abastados se distribuem, quase que igualmente em volume, entre Vitória, Vila Velha e Serra. Para os migrantes no primeiro quartil da renda (Q1), Vitória é um município pouco atrativo, sendo

Cariacica e Serra os principais destinos, seguido por Vila Velha e Viana.

Essa diferenciação ressalta as desigualdades regionais do mercado habitacional e de terras que vão, a partir das trocas promovidas pela migração, conformando as desigualdades socioeconômicas em nível regional.

Considerando as trezentas famílias entrevistadas, 88,0% (265) afirmaram ter feito algum movimento residencial, sendo que 85 (32,1%) destas apontaram os últimos 5 anos como período de realização de ao menos um movimento.

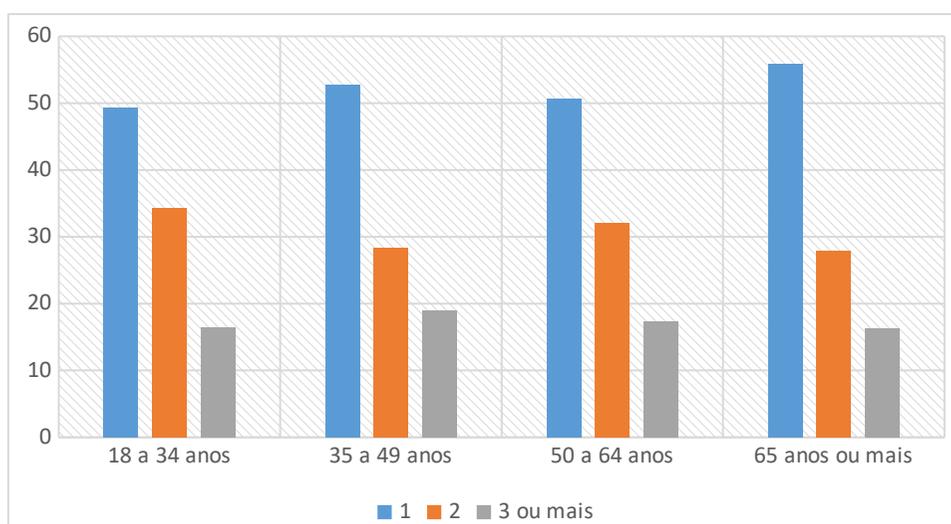
Em relação ao número de movimentos realizados, a maior parte das famílias (51,7%) fizeram apenas um movimento, e outras 30,9% fizeram dois. Há registro, contudo, de famílias com até 7 trocas de residência. Interessante notar que, ao observar o número de movimentos segundo a idade do responsável, conforme Gráfico 2, o mesmo padrão é observado: independentemente da idade do responsável, ter realizado apenas um movimento é predominante, com as mesmas intensidades para dois e três ou mais movimentos em todas as faixas consideradas.

É importante salientar que, considerando o tempo de exposição a novos movimentos pelas famílias com responsáveis mais velhos, a semelhança nos padrões entre as idades chama a atenção. Há que se considerar, nesse sentido, que os condicionantes da mobilidade residencial podem ser fatores explicativos para o padrão no número de deslocamentos observados em todas as idades.

A aquisição da casa própria como resultado do movimento, por exemplo, é apontado como importante fator de imobilização espacial (ROSEMAN, 1983). O contexto de vida das famílias

também precisa ser considerado: em se tratando de um grupo populacional vulnerável à pobreza, a perspectiva de um novo movimento levar à ascensão social pode não se apresentar no horizonte, fortalecendo a permanência, sobretudo após o estabelecimento de redes e vínculos.

Gráfico 2. Número de movimentos domiciliares (%) segundo a idade do responsável pelo domicílio. Bairros selecionados da RMGV, 2022.

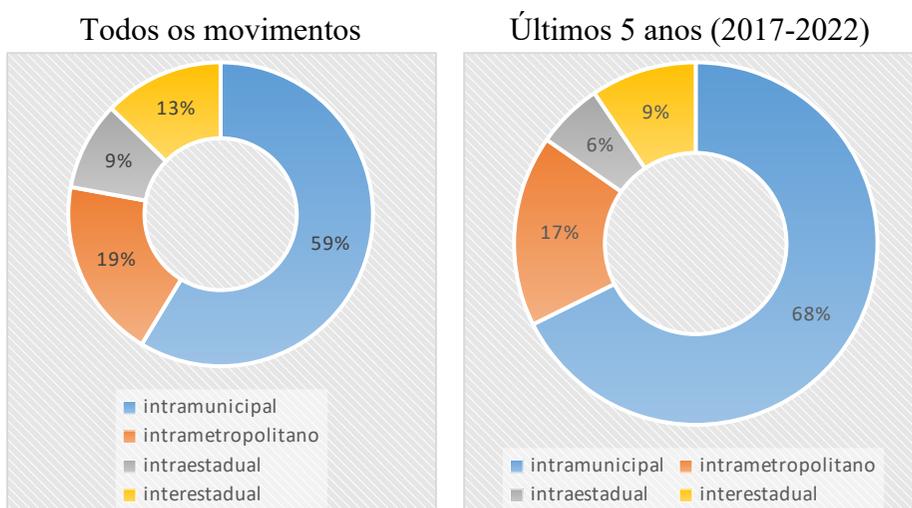


Fonte: Pesquisa MigraFamília. Tabulações especiais do autor.

Em relação ao tipo de movimento realizado pelas famílias, percebe-se a primazia das trocas intramunicipais, que representaram 59% quando se considera todos os movimentos captados e 68% daqueles realizados no período 2017-2022, ou seja, os últimos 5 anos considerando a data de referência da pesquisa (Gráficos 3 e 4).

Esses resultados ressaltam o papel das trocas intramunicipais no contexto dos deslocamentos, ou seja, se as trocas entre os municípios têm papel decisivo, ao menos para o grupo populacional pesquisado, visto que as trocas intramunicipais representaram 2/3 das ocorridas nos últimos 5 anos, sendo basilar a sua consideração para a compreensão do papel da mobilidade residencial enquanto estratégia familiar e para os processos de produção do espaço e modificação da geografia da população.

Gráficos 3 e 4. Proporção das trocas de residência segundo a modalidade migratória. Bairros selecionados da RMGV, 2022.



Fonte: Pesquisa MigraFamília. Tabulações especiais do autor.

Portanto destaca-se a necessidade de aprofundamento nas reflexões sobre a mobilidade residencial, mais especificamente lançando mão de estratégias que permitam avançar para análises além das trocas entre fronteiras político-administrativas.

Assim, se grande parte dos movimentos ocorrem dentro dos limites municipais, podemos supor que estes contribuem decisivamente com a dinâmica local do mercado de terras que, por sua vez, impacta os movimentos em outras escalas. Desta forma, são movimentos complementares, de influência mútua, que precisam ser devidamente considerados para uma leitura completa da contribuição da mobilidade espacial da população para a modificação do espaço urbano local e regional.

Motivações para a mobilidade residencial

Os condicionantes para a mobilidade residencial são diversos, mas justamente pelas suas especificidades em relação a outras modalidades migratórias, as questões habitacionais aparecem como elemento decisivo para a tomada de decisão e, portanto, como principal elemento motivador para o deslocamento (MÓDENES, 2008; CUNHA, 2018).

Courgeau e Lelievre (2006) citam que essa diferenciação nas principais motivações apresenta forte relação com a distância do movimento: movimentos de curta distância têm os fatores habitacionais como principais, enquanto nos movimentos mais longos o trabalho possui maior importância.

A mobilidade pode ser voluntária, em busca de melhor localização no tecido urbano, como estar mais próximo do trabalho, num bairro com amenidades para a família, para aquisição da casa própria, para residir em uma casa mais adequada à necessidade da família, em termos de tamanho, custo ou outro elemento, por exemplo. Essa mobilidade voluntária, contudo, é acessível

principalmente para a população de alto poder aquisitivo, como resultado da mobilização de seus recursos.

A mobilidade também pode ser involuntária, derivada de desastres ambientais, remoções e desocupações, fuga de problemas como a violência e outros conflitos familiares ou sociais, busca por suprir as necessidades básicas para reprodução social, etc. Desse modo, a análise das motivações que colocam as pessoas e famílias em movimento pode derivar de inúmeras situações, em grande medida correlacionadas com o grau de vulnerabilidade em que se encontram.

No caso aqui analisado, processos históricos de produção do espaço que resultam em intensas desigualdades em nível regional aparecem como principal condicionante dos movimentos da população ao longo do tempo. Nesse sentido, mesmo nos casos em que a mobilidade residencial tem forte caráter de voluntarismo e de liberdade na decisão individual, os condicionantes históricos das desigualdades intraurbanas limitam as opções e direcionam as escolhas a seguirem o mesmo padrão histórico de desenvolvimento das cidades.

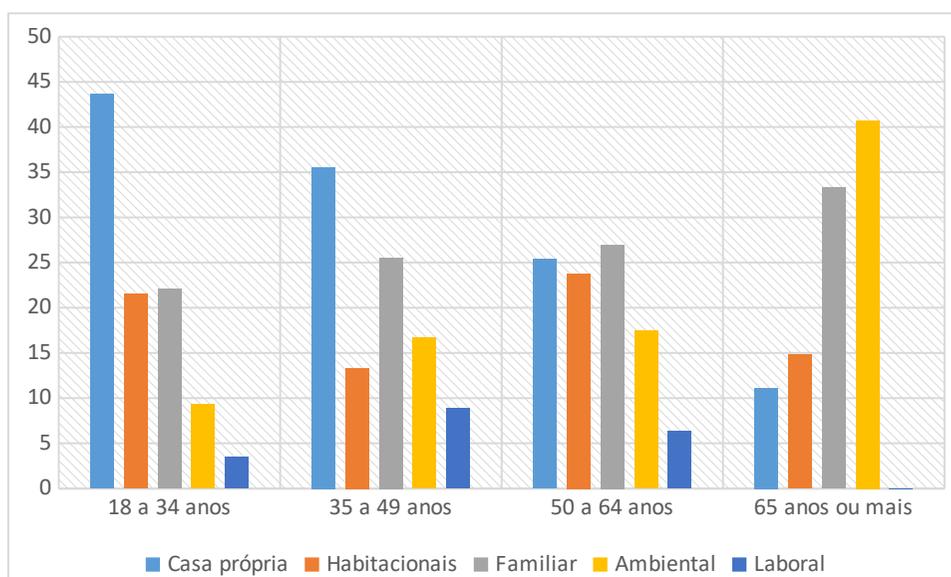
Tal contexto revela que mesmo a mobilidade voluntária se dá num contexto de direcionamento, continuando os processos de produção do espaço ora observados e, em muitos casos, intensificando as desigualdades e diferenças pré-existentes.

Como mostra o Gráfico 5, os motivos habitacionais (deslocamento para aquisição da casa própria e outros motivos habitacionais) foram predominantes para os deslocamentos realizados pelos grupos mais jovens, principalmente a aquisição da

casa própria, que respondeu por 44% para o primeiro grupo (18 a 34 anos) e 36% para o segundo (35 a 49 anos).

Para os outros grupos, diferenças significativas foram observadas: no grupo cujo último deslocamento ocorreu quando tinham entre 50 e 64 anos, os motivos familiares se destacaram com 27%, enquanto para os movimentos realizados após os 65 anos de idade foram os motivos ambientais e familiares os mais importantes, representando juntos 74% das indicações.

Gráfico 5. Motivo principal e secundário do último deslocamento (%) segundo a idade do responsável no momento do deslocamento. Bairros selecionados da RMGV, 2022.



Fonte: Pesquisa MigraFamília. Tabulações especiais do autor.

Essa discrepância nos motivos apresentados é de extrema relevância, pois aponta para processos distintos na base dos movimentos, que afetam famílias de maneira diferenciada conforme

o período do ciclo de vida. O ciclo de vida, nesse contexto, tem papel central nas decisões e na dinâmica da mobilidade espacial da população, já que a composição da família ao longo do tempo não é neutra (SHAPIRA; GAYLE; GRAHAN, 2019; BECCENERI; BRUSSE; APARICIO, 2021), impactando decisivamente a vulnerabilidade à pobreza, sobretudo nas famílias com crianças, que dependem do cuidado integral dos seus responsáveis, e nem sempre contam com políticas públicas de apoio para tal.

Ao mesmo tempo há que se destacar os efeitos de período, ou seja, as conjunturas vivenciadas pelas famílias em cada momento histórico. Nesse caso, especificamente, se houve alteração na importância das motivações ao longo do tempo, considerando que as transformações estruturais vivenciadas pelo Brasil nas últimas décadas impactaram decisivamente a migração nas suas mais diversas modalidades e escalas (CUNHA, 2015; LIMA; BRAGA, 2013).

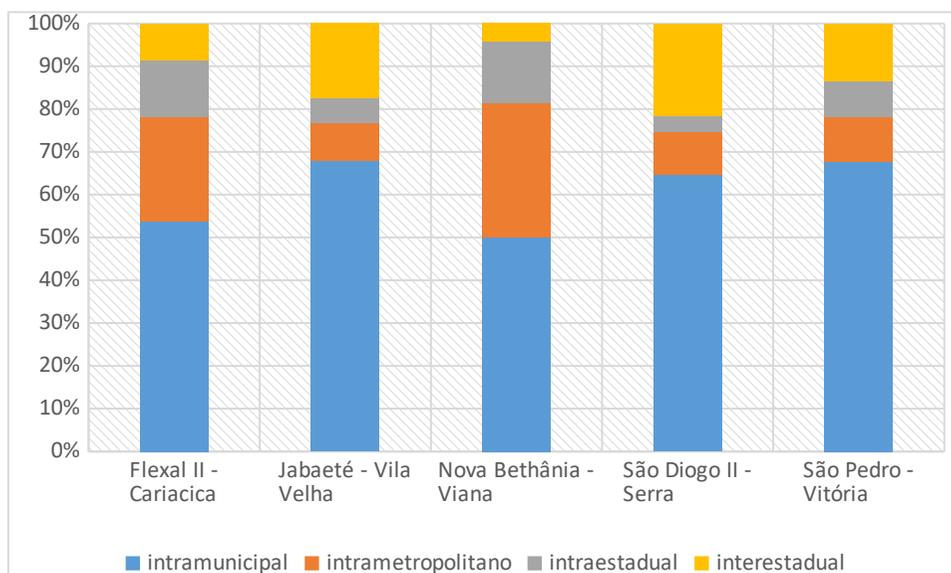
Nesse contexto, ao longo da década de 2010, sobretudo em sua primeira metade, as grandes e médias cidades brasileiras receberam fortes investimentos derivados do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), que modificaram não apenas o território metropolitano, mas criaram fluxos de mobilidade residencial (CASSAB; SOUZA, 2019) modificando a geografia da população.

No contexto da RM de Vitória, como mostram Dota e Ferreira (2019), a concentração desses investimentos se deu em eixos de expansão na periferia metropolitana pouco considerados pelo mercado até então. No caso dos resultados aqui apresentados, não houve influência direta, visto que os setores visitados não compuseram área de investimentos do MCMV.

Nessas grandes aglomerações urbanas deve-se considerar as áreas de expansão e as taxas de crescimento populacional como elementos definidores dos condicionantes da mobilidade residencial em cada período histórico. Nesse ínterim, a análise da caracterização da mobilidade residencial nas diferentes porções da região metropolitana é a forma como se pode compreender se há discrepâncias relevantes segundo a localização das áreas e, havendo, quais indicativos essas distinções geram para a presente reflexão.

O Gráfico 6 revela uma diferenciação na composição dos fluxos, que se direcionaram para os bairros selecionados e ajudam a compreender processos e a dinâmica em curso nas diferentes áreas de habitação da metrópole.

Gráfico 6. Modalidade migratória (%) segundo o destino do deslocamento. Bairros selecionados da RMGV, 2022*.



Fonte: Pesquisa MigraFamília. Tabulações especiais do autor. *A amostra do setor de Central Carapina, em Serra, não permite análise exclusiva.

Para todos os bairros, ao menos metade dos deslocamentos tiveram origem no próprio município. Tal constatação reforça, novamente, que a importância da migração intramunicipal é decisiva em termos de ocupação das áreas habitáveis para a população analisada. Da mesma forma, a proporção de migração intrametropolitana varia, e isso está ligado à forma como o bairro se insere no contexto urbano-regional.

No caso de Nova Bethânia, em Viana, em que 30% dos migrantes era de outro município da RMGV, 68% destes residiam anteriormente em Cariacica ou Vila Velha, municípios com limites próximos do bairro e cujo espraiamento da urbanização tem se direcionado para Viana.

No caso do bairro Flexal II, em Cariacica, 75% residiam anteriormente em Vitória e Vila Velha. O bairro, com fácil acesso a partir da Rodovia do Contorno, trecho da BR-101 que contorna a Baía de Vitória, tem localização estratégica para acessar os principais municípios da RMGV.

Das pessoas ocupadas, 78,3% declararam trabalhar em outro município da RMGV, valores intensos corroborados pela alta proporção de pessoas ocupadas do município que trabalham fora de Cariacica, cujo volume em 2010 chegou a mais de 60 mil pessoas, principalmente em Vitória (53%) e Vila Velha (27%) (DOTA; FERREIRA, 2019).

No caso dos bairros Jabaeté, em Vila Velha, e São Diogo II, em Serra, a alta proporção de migrantes interestaduais é que se

destaca, percebendo-se nestes casos, como mostra Silva (2016) para o bairro Jesus de Nazareth, que há uma intensa atuação das redes migratórias, perfazendo a concentração de migrantes com origens e destinos coincidentes. Importante citar que os dois bairros são de formação mais recente em comparação aos outros, o que também aparece como elemento explicativo para a maior intensidade de migrantes interestaduais.

Os dados da Tabela 1 permitem aprofundar esse entendimento, ao mostrar os motivos principais do último deslocamento familiar, assim como a existência ou não de aspiração para futura mobilidade residencial.

Apesar de uma certa padronização nos motivos, com destaque para os habitacionais devido ao efeito “casa própria”, alguns dados se destacam. São Diogo II apresenta maior proporção dos motivos habitacionais (64,0%) e menor em familiares e redes (12,0%) e ciclo de vida e ambientais (4,0%) na comparação com o restante. Essa diferença possivelmente esteja associada com a formação recente do bairro e a precarização evidente nas condições dos moradores.

Tabela 1. Motivo principal do último deslocamento e aspiração por mobilidade residencial (%) o local de residência. Bairros selecionados da RMGV, 2022.

	Flexal II - Cariacica	Jabaeté - Vila Velha	Nova Bethânia - Viana	São Diogo II - Serra	São Pedro - Vitória
Habitacionais	48,8	58,7	54,1	64,0	53,5
Casa própria	39,0	34,8	37,8	48,0	41,9
Familiares e redes	26,8	23,9	27,0	12,0	22,1
Ciclo de vida e	14,6	10,9	10,8	4,0	7,0

motivos ambientais					
Trabalho	9,8	6,5	8,1	20,0	17,4
Aspiração por mobilidade residencial					
1 ano	12,0	14,3	10,6	3,2	13,9
5 anos	36,0	18,4	19,1	9,7	16,8
Motivos da não aspiração					
Imóvel próprio	38,5	42,6	34,1	26,7	37,3
Apreço pelo lugar/vizinhança	38,5	34,0	41,5	33,3	45,8
Rede de apoio	17,9	8,5	22,0	6,7	10,8
Falta de condições econômicas	5,1	14,9	2,4	33,3	6,0

Fonte: Pesquisa MigraFamília. Tabulações especiais do autor.

Os dados de aspiração por mobilidade residencial futura – que usamos aqui como indicador do momento atual da família em relação ao conjunto de variáveis que podem motivar o movimento – ajudam a compreender essa especificidade. São Diogo é justamente o bairro em que 33,3% das pessoas citaram que não possuem aspiração por mobilidade por falta de condições econômicas, ao mesmo tempo em que apresentou o menor volume de aspiração por mobilidade em 1 ou 5 anos.

Bairros mais consolidados, como São Pedro, Nova Bethânia e Flexal II, apresentam dados mais parecidos entre si, enquanto Jabaeté aparece numa posição intermediária, com níveis de aspiração por mobilidade residencial próximos entre 1 e 5 anos e com (14,9%) das famílias apontando a falta de condições econômicas para não aspirarem a mobilidade residencial.

Destaca-se, ademais, o apreço pelo lugar de moradia e vizinhança, motivo apontado por pelo menos um terço das famílias que não tinham aspiração por mobilidade residencial, alcançando 45,8% em São Pedro. Quanto à rede de apoio, a categoria variou de 22,0% em Nova Bethânia e 6,7% em São Diogo II, dados que também indicam relação com o momento de vida das famílias.

A análise conjunta da categorização dessas três dimensões (motivo do último deslocamento, aspiração por mobilidade residencial e motivos para não aspiração) possuem potencial indicativo importante, pois permitem o entrelaçamento de eventos, como a mobilidade residencial, com momentos, perspectivas, expectativas que, direta ou indiretamente, representam a vida cotidiana das famílias e, portanto, fazem parte dos fatores que influenciam as tomadas de decisão.

A heterogeneidade da periferia metropolitana aparece como elemento determinante na avaliação dos motivos da mobilidade residencial progressiva, assim como nas aspirações e perspectivas de mobilidade futura.

Considerando a importância estratégica econômica e social da mobilidade residencial para as famílias e também como evento estressante de diversas ordens, inclusive para a estabilidade conjugal (SHAPIRA; GAYLE; GRAHAM, 2019), os resultados apresentados possuem forte apelo às políticas públicas no espaço metropolitano, sejam elas habitacionais, de infraestrutura, de atendimento educacional, de saúde e bem estar etc., visto que a vida familiar é abrangente e necessidade de um olhar coerente com essa amplitude.

Considerações finais

A problematização da mobilidade residencial a partir das trajetórias, não analisados através de dados secundários disponíveis no Brasil, reforçam a necessidade de se avançar em lógicas e estratégias metodológicas de confluência entre dados secundários e primários nos estudos dos deslocamentos intrametropolitanos.

Não obstante à dificuldade em se levantar dados primários em quantidade e qualidade suficiente para tal análise, como bem pontuado por Cunha (2022), é na busca pelo que não é captado nas pesquisas tradicionais, como o Censo, que mora a oportunidade de identificar novos elementos ou de revelar processos e dinâmicas que, eventualmente, possamos estar interpretando de maneira incompleta ou até equivocada.

Os resultados aqui apresentados apontam para uma perspectiva de complementação entre as diferentes modalidades migratórias. Especificamente no caso da população amostrada, é evidente como os fluxos de mobilidade residencial são de curtíssima distância, conforme oportunidades e necessidades são vislumbradas a partir da vida cotidiana, que se modifica intensamente ao longo do tempo.

Nesse caso, é possível afirmar que, se estamos observando o papel da redistribuição espacial da população para os eixos de expansão urbana e demográfica em nível regional, os dados secundários são pertinentes e suficientes. Contudo, se queremos compreender a mobilidade residencial enquanto estratégia de vida frente às estruturas e conjunturas.

Ou seja, se e como esses movimentos impactam a vida individual e familiar, mas também transforma o território em escalas locais, devemos ampliar o leque metodológico para incluir movimentos, modalidades e pessoas não captadas nas pesquisas secundárias, mas que exercem papel relevante nessas dimensões.

No caso das grandes aglomerações urbanas, esse movimento metodológico reflete justamente a sua complexidade e abrangência, sendo coerente com a dinâmica urbana e regional específica dessas áreas de concentração de população, riquezas e desigualdades.

O debate aqui desenvolvido abre agendas a fim de compreender como se constrói o processo de valorização do lugar de residência, tão relevante mesmo em localidades cujas condições de habitabilidade não são as ideias. Seriam as aspirações por mobilidade residencial um fator determinante da forma como as pessoas avaliam o lugar em que moram?

Não obstante à necessidade de buscar essas respostas, é evidente que a população possui apreço pelo lugar em que vive, em que constrói seus laços e cria seus filhos. Portanto, isso evidencia a necessidade de se considerar esses elementos para a proposição de políticas públicas, que precisa levar em consideração o domicílio para além das paredes e dos muros. Assim, se faz necessário também incluir o processo de sociabilidade comunitária que aparece com tamanha intensidade nas falas.

Referências bibliográficas

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. REMHU: *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 20, n. 39, p. 77-100, 2012.

BECCENERI, L. B., BRUSSE, G. P. DE L., APARICIO, C. A. P. Uma análise espacial dos arranjos domiciliares da Região Metropolitana de São Paulo (1991-2010). *Revista brasileira de estudos de população*, n.38, 2021.

BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios recentes. In: *Anais do VI Encontro Nacional sobre Migrações*. Campinas: ABEP, 2009.

CASSAB, C.; SOUZA, L. A. Por onde os caminhos nos levam: localização, mobilidade e uso da cidade por moradores de um conjunto habitacional do MCMV em Juiz de Fora-MG. *Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB*, v. 1, p. 1217-1236, 2019.

COURGEAU, D.; LELIÈVE, E. Individual and Social motivations for migration. In: CASELLI, G.; VALLIN, J.; WUNSCH, G. *Demography: analysis and synthesis*: Elsevier, 2006.

CUNHA, J. M. P. *Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo*. Tese de doutorado, Campinas, IFCH/Unicamp, 1994.

CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. Lãs migraciones internas em el Brasil Contemporáneo. *Notas de Población*, CEPAL/CELADE, Año XXXII, n. 82, 2007.

CUNHA, J. M. P. (Ed.). *Dinâmica demográfica e socioespacial no Brasil Metropolitano: convergências e especificidades regionais*. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

CUNHA, J. M. P. Mobilidade espacial da população e o espaço intraurbano: contribuições da demografia. In: CUNHA, M. F.; MARCONDES, G. S. (org.) *Questões demográficas contemporâneas: olhares multidisciplinares*. São Leopoldo: Oikos, 2022.

DOTA, E. M. *Mobilidade Residencial Intrametropolitana na RM de Campinas: uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes*. Tese de doutorado, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2015 (pp 221).

DOTA, E. M.; FERREIRA, F. C. Mobilidade espacial da população e planejamento: considerações sobre a Região Metropolitana da

Grande Vitória (RMGV). In: LYRA, A. P. R.; FERREIRA, G. L.; FERREIRA, G. A. C.; LIRA, P. S. (orgs.) *Cidade e Metrópole: Coleção Arquitetura e Cidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

DOTA, E. M.; QUEIROZ, S. N. Migração interna em tempos de crise no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 21, p. 415-430, 2019.

DOTA, E. M.; APARICIO, C. A. P. Mobilidade residencial e as novas dinâmicas familiares no Brasil. *Anais do XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia*, 2021.

DUHAU, Emilio. División social del espacio metropolitano y movilidad residencial. *Papeles de población*, v. 9, n. 36, p. 161-210, 2003.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade*. 5.ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2010.

JARDIM, A. P. Mobilidade intrametropolitana no Rio de Janeiro. *Revista Tamoios*, v. 1, n. 1, 2005.

LIMA, E. E. C.; BRAGA, F. G. Da rotatividade migratória à baixa migração: uma análise dos padrões da mobilidade populacional no Brasil de 1995-2000. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 30, p. 57-75, 2013.

LIMA, A. C. C.; SIMOES, R.; HERMETO, A. M. *Desenvolvimento regional, hierarquia urbana e condição de migração individual no Brasil entre 1980 e 2010*. EURE (Santiago), Santiago, v. 42, n. 127, p. 29-54, sept. 2016.

MARTINE, G.; NEIVA, I. C.; MACEDO, M. Migração, crise e outras agruras. *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos populacionais*, v. 1, n. 4, p. 1449-1476, 1984.

MATOS, R. Periferias de grandes cidades e movimentos populacionais. *Cadernos da metrópole*, n.13, 2005.

MÓDENES, J. A. Movilidad espacial, habitantes y lugares: retos conceptuales y metodológicos para la geodemografía. *Estudios Geográficos*, LXIX, n.264, 2008.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. "Movimentos migratórios anos 80: novos padrões?". In: *Anais do Encontro nacional de migrações*. Curitiba: Abep/Ipardes, 1998.

RIGOTTI, J. I. R. *Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo*. Tese de doutorado, CEDEPLAR/UFMG, 1999.

RIGOTTI, J. I. R. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: CUNHA, J. M. P. (org.). *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: NEPO-UNICAMP, 2011.

ROSEMAN, C. C. A framework for the study of migration destination select. *Population and Environment*, 1983.

SHAPIRA, M.; GAYLE, V.; GRAHAM, E. Moving on and moving out: The implications of socio-spatial mobility for union stability. *Population, Space and Place*, v. 25, n. 2, p. e2180, 2019.

SINGER, P.I. Economia política e urbanização. 3ed. *CEBRAP*, Brasiliense, 1976

SILVA, D. B. *Um estudo de caso da migração baiana na RMGV - O fluxo migratório entre o distrito de Pimenta (Mascote-BA) e o bairro Jesus de Nazareth (Vitória-ES) a partir da década de 1980*. Dissertação de mestrado em Geografia. Vitória, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2016.

SILVA, É. T.; RODRIGUES, J. M. Mobilidade espacial nas Metrôpoles Brasileiras: complexidade do espaço urbano. *Territórios*, 22, pp. 11-32, 2010.

SOBRINO, L. J. "Migración urbana". La situación demográfica en México, *CONAPO*, México, 2010.

Submetido em: 15 de fevereiro de 2023.

Devolvido para revisão em: 20 de março de 2023.

Aprovado em: 03 de Abril de 2023.

MARIANO DOTA , E. Trajetórias de mobilidade residencial na periferia metropolitana: estratégias e conjunturas. **Terra Livre**, [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2893>. Acesso em: 22 jul. 2023.